



## A Cáritas Brasileira e a Economia Popular Solidária: o Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora

Caritas Brazil and Popular Solidarity Economy:  
Caritas Agent and Liberating Charity

Joannes Paulus Silva Forte \*

Alícia Ferreira Gonçalves \*\*

### Resumo

O presente artigo analisa as ligações entre a Cáritas Brasileira e a Economia Popular Solidária a partir do trabalho do Agente de Cáritas. A problemática central do artigo remete às representações sociais que esses Agentes constroem em seus relatos sobre os princípios da Teologia da Libertação que norteiam os projetos em economia solidária da referida instituição religiosa. A metodologia de base qualitativa e etnográfica consistiu na realização da revisão bibliográfica, consulta a materiais institucionais, observação *in loco* e entrevistas semiestruturadas com Agentes que atuam na Economia Popular Solidária no estado do Ceará. A análise das representações sinaliza que a própria noção de “Reino de Deus” na terra pressupõe a vinculação profunda entre religião e economia, mística e movimentos sociais, religião e Estado, configurando, dessa forma, um projeto de sociedade contra hegemônico que se vislumbra mediante a transformação radical da base econômica e moral do tecido social contrapondo individualismo à solidariedade.

**Palavras-chave:** Cáritas Brasileira. Economia Popular Solidária. Caridade Libertadora. Teologia da Libertação.

### Abstract

This article examines the links between Brazilian Caritas and Popular Solidarity Economy from the work of Caritas Agent. The central issue of the article refers to the social representations that these agents build in his histories about the principles of Liberation Theology that guide the projects in solidarity economy of that religious institution. The basic methodology used was qualitative and ethnographic; It consisted in literature review, consultation to institutional materials, observation *in loco* and semi-structured interviews with agents who act in the Popular Solidarity Economy in the state of Ceará. The analysis of representations indicates that the very notion of "Kingdom of God" on earth presupposes deep linking between religion and economics, mystic and social movements, religion and state configuring a project of a counter hegemonic society who sees through the radical transformation of the economic and moral base of the social tissue opposing solidarity to individualism.

**Keywords:** Brazilian Caritas. Popular Solidarity Economy. Liberating Charity. Liberation theology.

---

Artigo recebido em 16 de setembro de 2013 e aprovado em 11 de novembro de 2013.

\* Mestre em Sociologia. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas (GET) da Universidade Federal do Ceará (UFC); e do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade (GEPE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA-CE). Professor da Faculdade Luciano Feijão (CE). País de origem: Brasil. E-mail: joannespaulus@virtual.ufc.br.

\*\* Doutora em Ciências Sociais (Antropologia). Professora Adjunta III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Programa de Pós-graduação em Antropologia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. País de origem: Brasil. E-mail: aliciafg1@hotmail.com.

## Introdução<sup>1</sup>

A Cáritas Brasileira foi criada em 12 de novembro de 1956, na 3ª assembleia da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), realizada em Serra Negra – SP, sob a presidência do clérigo Dom Hélder Câmara, à época bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Inicialmente, o objetivo era fazer uma articulação nacional de todas as “obras sociais” católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo dos Estados Unidos da América – EUA, por meio da CNBB.<sup>2</sup> Do ponto de vista jurídico, a Cáritas é reconhecida como de utilidade pública federal, o que demarca uma relação entre Igreja Católica e o Estado. Assim, juridicamente, a Cáritas não é a instituição Igreja Católica, mas sim um dos seus organismos.

O marco legal que reconhece a Cáritas como de utilidade pública federal junto ao Estado, possibilita a sua inserção no campo da economia, viabilizando, inclusive, a captação de recursos para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária (EPS). Até a década de 1960, o referido Programa de Distribuição de Alimentos foi desenvolvido na perspectiva denominada de “Desenvolvimento da Comunidade”, tornando-se a marca característica da Organização no cuidado com os pobres. Nesta perspectiva, o referido desenvolvimento não sinalizava um rompimento com o sistema econômico capitalista, seria, neste caso, uma assistência aos pobres realizada pelo regime militar brasileiro em parceria com o governo norte-americano, que estabeleceu mediante o supracitado Programa sua estratégia política junto às suas áreas geopolíticas de influência.

---

<sup>1</sup> A pesquisa que originou este artigo foi realizada como trabalho de dissertação de mestrado de Joannes Paulus Silva Forte, defendido e aprovado em 13 jun. 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (FORTE, 2008), e contou com a participação da Prof.ª Dr.ª Alcía Ferreira Gonçalves como membro de sua Banca de Qualificação. No período de desenvolvimento da pesquisa de mestrado de Forte (2008) (2005-2007), a Universidade Federal do Ceará (UFC) não exigiu a solicitação de autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), órgão que foi criado apenas em 2006, um ano após o início do trabalho. Além disso, no período de realização da investigação, não era usual solicitar autorização a qualquer órgão da UFC para realizar pesquisa com seres humanos na área de Ciências Sociais. Destarte, o estudo foi desenvolvido com a autorização apenas verbal dos informantes, respeitando todo o rigor ético necessário à pesquisa em ciências humanas e sociais. Para destacar a preocupação ética de Forte (2008), os verdadeiros nomes de seus entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, o que foi fielmente reproduzido neste texto. À luz dessas razões, os autores assumem a responsabilidade por qualquer “situação-problema” que envolva a divulgação de opinião e posições pessoais expressas neste artigo.

<sup>2</sup> Com sede em Brasília – DF, seu secretariado nacional é responsável por coordenar uma rede de Cáritas Diocesanas, Arquidiocesanas e Regionais organizadas em vários escritórios espalhados pelo Brasil.

No ano de 1966, a Cáritas Brasileira desligou-se do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, momento em que passou a ser uma entidade jurídica autônoma, entretanto, “vinculada filosófica e doutrinariamente à CNBB”. Nessa época, havia 184 Cáritas Diocesanas e 5000 “obras sociais” (como doação de alimentos aos pobres) filiadas a Cáritas Brasileira (CÁRITAS BRASILEIRA, 2004). A partir de 1966, após o Concílio Vaticano II, quando ainda ocorria a “caridade política” estadunidense, a Cáritas, no Brasil, foi passando por um processo de mudanças impulsionado pelas ideias e propostas advindas da Teologia da Libertação (TL) e das Conferências Episcopais de Medellín (1969) e Puebla (1979). Segundo a CNBB (2006, p.49), “foi um processo lento de despertar, de livrar-se do pacote estadunidense, que incluía disfarçado ou não, um projeto de dominação capitalista”. Para a CNBB (2006, p.49), o nascimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, certamente contribuíram para a mudança dos objetivos e da metodologia de atuação da Cáritas junto aos grupos excluídos.

Em 1974, com o fim do Programa de Alimentos, a maior parte dos escritórios Regionais e muitas Cáritas Diocesanas foram desativadas. No mesmo período, outras Cáritas Diocesanas iniciaram um processo de organização na perspectiva da promoção humana, que consiste na formação das pessoas para a reflexão e a crítica necessárias para o exercício de sua cidadania e para a garantia de direitos, buscando diminuir e evitar o assistencialismo (CNBB, 2006, p.45-50). A crise do capitalismo, que se acentua a partir da década de 1980, causou um aumento demasiado das desigualdades socioeconômicas e um conseqüente aumento da pobreza. Este cenário teria feito com que a Cáritas Brasileira passasse por mudanças organizacionais, bem como por mudanças na sua forma e nas suas prioridades de ação que, nas palavras da CNBB (2006), garantiram a reorientação de suas ações,

a Cáritas vai se abrindo para o evangelho que vem dos clamores do povo, e vai se convertendo, estimulada também pelas orientações do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais de Medellín e Puebla. Assim, na 4ª Assembleia Geral, em 1980, a Cáritas reafirma a sua opção pela ação social formativa, no sentido de educar através da promoção humana. Assumiu igualmente a integração na pastoral de conjunto e a articulação com os demais organismos atuantes no campo da pastoral social. Fazendo parte do setor de Ação Social da Linha 6 da CNBB (CNBB, 2006, p.51).

Nos anos 1980, inicia-se o processo político de abertura democrática do país, logo após o fim da ditadura militar. Os frutos desse processo foram as eleições de 1984 e os debates sobre a nova Constituição de 1988. É nesse cenário de embates entre Religião, Estado e a sociedade civil que as bases filosóficas da Teologia da Libertação foram adotadas como estratégia de ação da Cáritas baseada em uma nova proposta de metodologia teológica (FORTE, 2008).

## 1 A Teologia da Libertação e a caridade libertadora

*Jesus não pregou Igreja mas Reino de Deus, que significava libertação para o pobre, consolo para os que choram, justiça, paz, perdão e amor (BOFF, 1982)*

Sobre a influência da Igreja Católica na organização de movimentos sociais que passaram a integrar *redes*, Scherer-Warren (2005, p.46) destaca a figura de Dom Hélder Câmara como o maior proponente da América Latina de uma luta não violenta pela libertação das populações exploradas e pobres.<sup>3</sup>Neste sentido, a luta do movimento da Igreja contra a pobreza e a exploração das classes trabalhadoras era construída sob uma interpretação bíblica feita sobre o Novo Testamento, “que pode ser lido como guia para um movimento totalmente pacifista” (SCHERER-WARREN, 2005, p.46). Os adeptos do movimento da Igreja na América Latina, cujo conjunto das lideranças contava com Câmara, interpretava a *violência* como elemento socioeconômico da exploração de uma classe sobre outra,

---

<sup>3</sup> Euclides Mance (2003, p.219-220) afirma que rede é um conceito peculiar à teoria da complexidade, demonstrando características da cibernética, da ecologia e de outras formulações sistêmicas em áreas diversas. Para o autor, a noção analítica de rede de colaboração solidária é resultado da reflexão sobre as práticas de agentes sociais.

A violência é interpretada pelos seguidores do movimento da Igreja na América Latina como o componente socioeconômico da exploração de classes. Eles falam em termos de violência institucionalizada, na qual algumas classes são submetidas à fome, falta de habitação falta de emprego falta de cuidados de saúde e educação e exclusão de participação política. ‘Violência é o resultado de alguns terem muito enquanto outros têm muito pouco’, diz M. C. de Jesus, o fundador da Frente Nacional dos Trabalhadores do Brasil, uma organização pacifista que busca desenvolver estratégias não-violentas ligando a Igreja e movimentos dos trabalhadores (SCHERER-WARREN, 2005, p.46-7).

A partir de 1986 o movimento da Igreja, orientado pela Teologia da Libertação - (TL) começa a desenvolver ações que o ligaram a vários movimentos sociais. Entrementes, a TL é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no início dos anos 1960 que articulou setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, comunidade eclesiais de base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores; sindicatos de camponeses ou trabalhadores (LÖWY, 2000, p.56-7). Geralmente, referem-se a esse amplo movimento social-religioso como “teologia da libertação”.<sup>4</sup> Por esse movimento ser mais antigo do que a *nova teologia* e a maioria de seus ativistas não ser composta por teólogos, esse termo não é o mais adequado. Algumas vezes o referido movimento é chamado de Igreja dos Pobres, mas trata-se de uma *rede social* que vai muito além dos limites da instituição Igreja, mesmo considerando a sua ampla definição. Como nenhum desses dois conceitos (“teologia da libertação” e “Igreja dos Pobres”) condiz com a realidade desse amplo movimento, Löwy (2000, p.57) propôs chamá-lo de *cristianismo da libertação* “por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto à fé e à prática”. A articulação com os movimentos sociais, como o ecopacifista e o de mulheres, na América Latina, por exemplo, mostra como foram sendo tecidas as redes de movimentos sociais que

---

<sup>4</sup> Inicialmente, a Teologia da Libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por intelectuais latino-americanos. Na Argentina podemos citar José Miguez Bonino, Juan Carlos Scanone e Ruben Dri; no México, Enrique Dussel; no Brasil, Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff e Frei Betto; no Chile, Segundo Galilea e Ronaldo Muñoz; em Costa Rica, Pablo Richard; em El Salvador, Jon Sobrino e Ignacio Ellacuría; no Peru, Gustavo Gutiérrez; em Porto Rico, Samuel Silva Gotay; e no Uruguai, Juan Luis Segundo.

objetivam uma realização comum. Nesse caso o ponto comum é a preservação da natureza, o respeito e a busca do reconhecimento da dignidade das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos pobres – e por que não dizer dos diferentes?! – sempre com vistas ao combate à pobreza e a todas as formas de discriminação e preconceito. Segundo Scherer-Warren (2005), a TL ajudou as pessoas a se reconhecerem como pessoas na qualidade de construtoras de seus destinos e como atores de “um processo de crescimento, através da redescoberta de sua dignidade; fez com que pessoas acreditassem que poderiam ter um papel importante na modelagem de seus próprios destinos e, finalmente, participar na mudança de suas sociedades” (SCHERER-WARREN, 2005, p.48).

Como anunciamos anteriormente, é a partir dessa conjuntura que surge o modelo de ação da Cáritas, baseado na Caridade Libertadora. Sua gênese e definição encontram-se definidas no livro “Mística e metodologia da caridade libertadora”. A obra é fruto das reflexões e encontros promovidos pela instituição durante o ano de 1990 (SOUZA, 2007). Segundo o referido autor, o “Reino de Deus” é uma noção que diz respeito ao princípio e ao fim de uma sociedade justa, igualitária, sem discriminações, que acolha as diferenças e que supere as desigualdades socioeconômicas. Para um melhor entendimento do que significa o “Reino de Deus”, é relevante considerar a articulação que essa formulação possui com a de “mundo” e a de “Igreja”:

A Igreja não pode ser entendida nela e por ela mesma, pois está a serviço de realidades que a transcendem, o Reino e o Mundo. Mundo e Reino são as pilastras que sustentam todo o edifício da Igreja. Primeiro apresenta-se a realidade do Reino que engloba mundo e Igreja. Reino – categoria empregada por Jesus para expressar sua *ipsissima intentio* – constitui a utopia realizada no mundo (escatologia); é o fim bom da totalidade da criação em Deus finalmente liberta totalmente de toda a imperfeição e penetrada pelo divino que a realiza absolutamente. O Reino perfaz a salvação em seu estado terminal. O mundo é o lugar da realização histórica do Reino. Na presente situação ele se encontra decadente e marcado pelo pecado; por isso o Reino de Deus se constrói contra as forças do anti-Reino; impõe-se sempre um oneroso processo de libertação para que o mundo possa acolher em si o Reino e desembocar no termo feliz (BOFF, 1982, p.16-17).

De acordo com o Boff (1982), a Igreja é uma mediação, um instrumento de encarnação do “Reino de Deus”, o qual se realizará no próprio mundo dos homens por meio de um “processo de libertação”. Dessa forma, o próprio mundo acolherá em si o “Reino de Deus” instaurando a felicidade entre os homens e os povos. Assim, a noção de “Reino” engloba “o mundo” e a “Igreja”. É desse raciocínio que nasce a ideia de que a Igreja como sinal e instrumento do “Reino”, deve atuar no mundo dos homens para garantir por meio da educação, da mobilização política das pessoas, do associativismo, do trabalho auto gestor, da defesa do meio-ambiente, dentre outras causas, para a construção de uma sociedade justa, igualitária, democrática e fraterna, na qual não haja lugar para ricos e pobres, mas para homens e mulheres livres da exploração e do desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, a EPS como modelo econômico e de sociedade contra hegemônico seria um dos caminhos para a realização do Reino de Deus na terra.

Em 1996, buscando consolidar a chamada Economia dos Setores Populares (ESP) ou Economia Popular Solidária (EPS), a Cáritas, por meio de seus agentes, especialmente formados para promover a prática da caridade libertadora, adota como horizonte religioso, social e político fundar um novo modelo de economia baseado na necessidade, partindo da atividade econômica de trabalhadores articulados em grupos. Estes agentes são formados para realizar análises conjunturais, monitoramento das políticas públicas, atuação de forma eficaz nos conselhos setoriais públicos, mobilização das comunidades para reivindicar seus direitos e acompanhamento da elaboração de projetos de transformação sociais.

## **2 Os Agentes de Cáritas: representações sobre a caridade que liberta<sup>5</sup>**

Os “Agentes de Cáritas”, como se autodenominam, desenvolvem as atividades de formação e de assistência junto aos pobres, prestando assessoria técnica aos grupos de produção solidária para o desenvolvimento de projetos

---

<sup>5</sup> Além da consulta a materiais institucionais e observação *in loco*, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas com agentes de Cáritas que ocupam postos de Secretaria (uma em São Paulo e outra no Ceará) e agentes que são assessores técnicos vinculados aos escritórios diocesanos e arquidiocesano. Estes últimos atuam diretamente na promoção da EPS nos municípios de Fortaleza, Sobral, Limoeiro do Norte e Tianguá, no estado do Ceará.

diversos. Vários Agentes de Cáritas possuem uma ligação intelectual e ideológica direta com a Teologia da Libertação e definem a si mesmos como militantes, como podemos observar no relato de Madalena<sup>6</sup>: “A minha profissão é ser militante. Mas eu milito mais, do que eu estudo, não vou mentir. Meu acúmulo é muito mais da prática do que dos estudos”. Observa-se como o perfil do profissional exigido (pela Organização) contempla formação universitária em Ciências Humanas e Agrárias, preparo técnico, habilidades políticas, experiência em trabalhos comunitários, compromisso ideológico com as causas dos pobres e uma identificação com elementos religiosos, que são a Mística e a Missão do organismo da Igreja. Esses profissionais militantes trabalham junto aos pobres, buscando garantir-lhes a efetivação de direitos, conforme relato de Madalena:

Os pobres são os moradores da área de risco, determinadas classes sociais, determinados tipos de trabalhadores como os catadores e catadoras de materiais recicláveis. (...). São pobres do ponto de vista de não ter acesso aos direitos básicos e não acesso aos direitos humanos, que são os econômicos, os sociais, os políticos, os culturais, indivisivelmente.

Segundo Madalena, na década de 1960, os setores progressistas da Igreja entenderam que havia a necessidade de criar novas formas para alcançar o “Reino de Deus”. Nesta direção, no Ceará, a partir de 2000, entra no vocabulário dos Agentes de Cáritas a expressão Economia Popular Solidária (EPS), que passaria a designar os antigos PACs, que constituíram o Programa criado para forjar uma economia não capitalista, de acordo com os princípios da cooperação, da autogestão, da igualdade, da democracia e da preservação do meio ambiente. No entanto, os agentes acabam incorporando elementos dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres, o Movimento Negro, dentre outros de modo a reconfigurar a estrutura institucional da Cáritas por meio de suas ações nas redes. Quando indagada sobre o

---

<sup>6</sup> Os nomes dos agentes entrevistados foram substituídos por nomes de personagens bíblicas do Antigo e do Novo Testamento com o objetivo de salvaguardar a integridade física e moral dos sujeitos da pesquisa, conforme as exigências éticas em pesquisa científica com seres humanos.

que é ser um Agente de Cáritas que fomenta a EPS, Sara, de Limoeiro do Norte, respondeu:

Mas, enfim, eu penso que num **movimento social**, todos nós queremos justiça social, nessa busca de justiça social, a gente tem que afinar um pouco mais os instrumentos, sempre. Um Agente de Cáritas é ser técnico, é ser missionário, é ser doação, né? É ter uma visão crítica do mundo, uma vontade de mudar as coisas, ser inquieto, indignar-se diante da realidade, porque a gente só é capaz de mudar a realidade se a gente se indignar diante dela, acho que é uma necessidade pra qualquer **movimento social**, né? Mas eu percebo muito isso no nosso ser de Agente de Cáritas e agora é também não ter identidade direito, a gente não ter uma identidade própria, tem horas que a gente é **movimento social**, tem horas que a gente é ONG. Para algumas pessoas, a gente é filantropia, a gente é um pouco indefinida essa identidade de Cáritas, né?

O relato de Sara revela vários elementos que compõem a identidade do Agente de Cáritas: a militância para mudar a realidade, a mística, a doação de si ao outro expressa no cuidado com os mais necessitados, a qualidade crítica para questionar e mudar as situações, a ampla inserção que lhes fazem se entender e ser entendidos de modo diverso, ora como integrantes de entidades e movimentos do campo secular, ora como agentes de um organismo da Igreja, são alguns dos vários *artefatos simbólicos* que podem ser identificados em seu depoimento. No entanto, aqui destacamos o seu pensamento sobre a atuação em *rede* e sobre o seu entendimento de que a Cáritas também toma forma de movimento social, quando se articula com organizações e movimentos do campo secular na construção das redes de socioeconomia solidária, por exemplo. Para Sara, a Cáritas faz parte de um movimento social em busca de “justiça”, além de ser um organismo da CNBB. O conjunto narrativo destas representações, também foi recorrente em outros relatos. À Ester e Madalena, foi perguntado sobre o que é ser um Agente de Cáritas e como elas se identificavam na qualidade de agentes que fomentam a EPS: “Depende, em alguns momentos a gente se identifica como Igreja, em outros momentos como movimento social”. A resposta dos agentes vem na terceira pessoa do plural (o pronome “nós” aparece sob a forma de “a gente”, referindo-se à organização Cáritas em geral). Generaliza sobre os seus colegas agentes. Procura uma forma de dizer como se identifica. Inicialmente nega que é um agente da Igreja e nega que a Cáritas faz parte da Igreja. Depois passa cinco segundos em silêncio, demonstrando

estar em dúvida quanto à sua resposta, e, em seguida, admite que se identifica como Igreja em “alguns espaços”, em alguns contextos e situações. Porém, diz que os agentes se identificam “mais” (com maior frequência) “como movimento social”. Acaba reconhecendo que a Cáritas faz parte da Igreja na qualidade de “movimento social”. Madalena ainda demonstra que não lhe agrada muito as nomenclaturas usadas para qualificar a Organização: seja como Igreja, seja como movimento social, Madalena acha antiquadas as formas de identificação da Cáritas. No entanto, ao ser questionada novamente sobre este assunto, ela respondeu de modo mais incisivo que “a Cáritas é o movimento social da Igreja Católica”. Nos relatos apresentados a vinculação entre as esferas religiosa e secular está sempre presente e norteiam as ações dos Agentes de Cáritas para o desenvolvimento da “cultura da solidariedade” e da “caridade libertadora” fortalecida e reafirmada ritualmente. Desse modo, não há encontros de formação, seminários, congressos, assembleias, reuniões de avaliação e de planejamento das equipes de Agentes de Cáritas e momentos de avaliação do trabalho dos agentes ou dos projetos de EPS em andamento nas comunidades com as quais a Cáritas trabalha em que não se realize a mística. A mística como elemento fundamental de eventos rituais é a reflexão inspirada pela lição cristã, e, ao mesmo tempo, é um momento (ritual) de celebração em que os agentes e as pessoas com as quais trabalham leem trechos do Evangelho e cantam louvores a Jesus Cristo, realizam dinâmicas com produtos produzidos pelos grupos produtivos solidários e *performances* musicais e teatrais. Com a fé fortalecida pela mística e espiritualidade, reforça-se a coesão social em torno do projeto religioso - O Reino de Deus na Terra e a emancipação. A noção de emancipação é uma peça chave na constituição da “cultura da solidariedade”. Esse conceito se refere à liberdade do Homem que seria conseguida por meio da mudança dos valores e padrões de vida fundamentados no individualismo (DUMONT, 1985) como valor englobante na sociedade capitalista moderna. Neste caso a solidariedade substituiria o individualismo.

À “solidariedade” da Cáritas Brasileira denominamos *moral solidária* ou *religiosa*, por ser um valor baseado em formas institucionalizadas do cristianismo e

em formulações de intelectuais de *setores progressistas* da Igreja Católica (TL) que têm repercussões nas condutas dos agentes. A *moral solidária* ou *religiosa* é reproduzida por meio das relações mútuas e interdependentes que estabelecem os vínculos sociais (*solidariedade social*). Ou seja, os Agentes de Cáritas, bem como os atendidos por sua “solidariedade” estabelecem elos sociais produtores da moral que permitem a sustentação de relações de reciprocidade entre os indivíduos (DURKHEIM, 1995). Ela gera um compromisso no sentido das três obrigações (o dar, o receber e o retribuir) presentes na base teórica sobre a dádiva (MAUSS, 1974), que explica as relações de reciprocidade permeadas pela *moral solidária*, cujo teor valorativo direciona os indivíduos a fortalecerem os laços entre si, colaborando para sustentar os grupos de produção e as *redes* de produção, comercialização e consumo. Crenças e instituições religiosas, em especial o cristianismo, foram passando por uma *modernização (secularização)* até darem forma a doutrinas filosóficas e instituições econômicas e leigas, como o Estado moderno e, sobretudo pela ética protestante, como o moderno capitalismo ocidental (WEBER, 1994). Processos semelhantes podem ser visualizados no que denominamos uma *secularização dos ensinamentos de Jesus* nas ações da Cáritas Brasileira quando ela propõe uma pedagogia para a “cultura da solidariedade”, em especial no campo da economia solidária. A *moral solidária* da Igreja (Cáritas), que possibilita os laços sociais (e ao mesmo tempo é possibilitada por esses laços), tem o poder de sustentar a coesão entre os indivíduos com sua *força moral*, mantendo os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (GAIGER, 2009, p.184), apesar da impossibilidade econômica enunciada pelo sistema capitalista englobante. Neste alinhamento teológico e político fundamentado na Teologia da Libertação, os Agentes de Cáritas promovem a “cultura da solidariedade”, indispensável para o seu projeto utópico de transformação da sociedade capitalista por meio das ações pedagógicas de seus agentes junto aos excluídos/as (pobres). As repercussões práticas disso podem ser ilustradas com a fala de Rute, que explica sobre a sua interação com os grupos, a aprendizagem de mão dupla entre agentes e as pessoas atendidas, a abordagem e a metodologia utilizadas com os objetivos de combater à pobreza e de formar para a prática da solidariedade:

A Cáritas [...] tem que desenvolver um trabalho..., mas ela, em cima desse trabalho, existe uma cumplicidade com os grupos, nós estamos aqui, nós colocamos a nossa proposta perguntamos se eles aceitam, se eles estão dispostos a trabalhar com uma nova forma de vida, um novo tipo de economia, né, por que nós só podemos fazer e nós só podemos obter resultados se eles aceitarem, né? Não podemos impor uma coisa, porque primeiro não vamos obter resultado nenhum e nem vamos pra canto nenhum. A gente tem que ter uma negociação. Então os grupos acompanhados a gente trata de igual pra igual, pra gente eles são os nossos sujeitos de ação, e há um respeito muito grande entre a gente, o agente e eles, pra eles. [...] teve uma reunião de monitoramento do crédito solidário, e aí na reunião nós conversamos sobre os resultados: ‘pra você, o quê que mudou? Diga aí uma palavra ou algo que mudou a sua vida’, e uma mãe colocou que aprendeu o que era solidariedade, a praticar solidariedade, mas com a Cáritas, com o modo de ser do trabalho da Cáritas, com a experiência da Cáritas, com a vivência...

Em seu relato, Rute busca demonstrar o respeito pelas pessoas que compõem os grupos, preocupando-se com a apresentação da proposta de construir outro modelo de sociedade. Se os grupos aceitam a proposta dos agentes, resta trabalhar para suprir as necessidades econômicas, para favorecer a organização comunitária, e, transversalmente, para formar as pessoas para a “cultura da solidariedade”. Inclusive, as entidades financiadoras transnacionais almejam resultados práticos do trabalho de combate à pobreza e de formação para o modo de ser e de viver inspirados na “solidariedade” propagada pela Cáritas. Rute evidencia os resultados que ultrapassariam a dimensão econômica. A mãe que teria aprendido o que é a “solidariedade” é uma evidência dos resultados morais e éticos da atuação dos agentes na organização da EPS junto às populações atendidas. Neste sentido, a Organização divulga em seu material nacional e local que por meio do combate à pobreza e à exclusão social, sua meta máxima é pedagógica e visa às mudanças na organização social, econômica e política da sociedade capitalista por meio do incentivo à prática da “solidariedade cristã” como argumentam Bertucci & Silva,

A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fornecimento de crédito e/ou de assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua grande contribuição deve ser formativa dos sujeitos para uma nova forma de construir relações solidárias. Cabe à Cáritas animar e estimular a **prática da solidariedade** coerente com

uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário. Esse processo passa necessariamente por uma **mudança cultural no rumo da solidariedade**. Por isso, estimular a produção de bens e a sua comercialização é importante, mas não suficiente para a Cáritas. As redes de EPS devem ser de produção comercialização, consumo, mobilização, construção de políticas, fortalecimento de cidadania e construção de um novo modelo de desenvolvimento (BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.94).

Nesta perspectiva, as representações construídas pelos Agentes de Cáritas trazem o sentido de uma “cultura da solidariedade” e de uma “caridade libertadora” tributárias da TL que alimenta a Economia Popular Solidária. Nesta linha argumentativa, destacamos um trecho da fala de Pedro, Assessor de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo:

Os autores de Cáritas basicamente são os autores da Igreja, na base, comunidades de base, pastorais sociais, e esses autores também (...) estão muito envolvidos com os movimentos sociais. É muito essa relação. Então eu acho que isso vem dos dois lados dessa questão do movimento: da cidadania, da ética na sociedade, na política, e também na questão desses princípios evangelizadores, que é muito, eu acho que é muito calcado (...) na caminhada, principalmente nas comunidades de base, né. E também que foi muito incentivada pela Teologia da Libertação, e tudo isso vem numa caminhada, então.

Em seu relato Pedro remete aos autores da Igreja, às comunidades de base junto com movimentos sociais e remete a complexa articulação nas ações dos agentes entre movimentos sociais, militância e princípios evangelizadores norteados pela TL. Pedro nos revela a relação entre evangelho e ética. (LÖWY, 2000, p. 57). Madalena relata a respeito do significado de “solidariedade” e de “cultura da solidariedade” como eixo transversal que revestem as ações da Cáritas:

Cultura de solidariedade é um eixo transversal da nossa ação. Ou seja, [...] a gente tem os eixos transversais, então toda ação da gente é pautada na propagação, promoção e concretização da cultura da solidariedade. E solidariedade é entendida como (...) uma ação pra promoção da libertação e etc., etc., não uma solidariedade assistencialista e etc. E aí a gente tem em todas as nossas ações esse objetivo: a cultura da solidariedade. Estimular e vivenciar principalmente, mais e mais e mais a cultura da solidariedade. A gente tem, enquanto instituição, a gente tem uma linha que tem ações específicas pra isso, tipo campanhas, formações, busca de voluntários, fundos, que tem todo um esforço pra que a prática da cultura da solidariedade possa ser vivenciada, tipo como, por exemplo: a gente tem esse fundo que eu falei, Fundo Nacional de Solidariedade,

que tem como objetivo maior poder proporcionar através de recursos que mais pessoas possam praticar a solidariedade. A Igreja Católica recolhe esse dinheiro do Fundo. A cultura da solidariedade é um eixo estruturador, um princípio e um valor.

No relato acima, podemos considerar que a “solidariedade” é um “eixo estruturador” e um “valor transversal” – qualificador da atuação da Cáritas – do qual se parte para uma “ação” que se julga capaz de libertar as pessoas. O Agente lembra que a palavra latina *caritas* significa caridade. Em seu relato, ela diz que a noção de “caridade” da organização Cáritas é equivalente à “solidariedade libertadora”, diferenciando-se da “caridade” sob a forma da esmola:

Uma relação que nasce aí dos primórdios que a solidariedade estava muito atrelada à caridade. Então você tinha uma relação, nesse período mais antigo, inclusive da Idade Média, que era essa a relação que se tinha. Mas já nasce daí. E aí, a partir da evolução e dos acúmulos a partir da experiência a solidariedade foi tomando conotações diferenciadas, que agora é a solidariedade libertadora, aquela história de não dar o peixe, e sim ensinar a pescar. Sim, sim. *Caritas* é um sinônimo de caridade libertadora.

A partir de relatos dos agentes e do levantamento de dados que realizamos no *website* da Cáritas Brasileira, na *internet*, encontramos documentos dos quais constavam que a “solidariedade” também pode ser entendida como “caridade” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2013). De fato, a tradução da palavra latina *caritas* para o português é caridade, cujo significado cristão é a “prática do amor”. A expressão “caridade”, como sinônimo de “solidariedade”, presente nos documentos e nos relatos dos agentes, não está vinculada às noções de esmola e de assistencialismo, que mantém os indivíduos na condição de assistidos, mas ao conceito de “libertação”. Ou seja, não se fala somente de caridade, mas de “caridade libertadora”. A *caridade-esmola* é incompatível com o discurso da caridade libertadora, da construção de uma sociedade ideal (presente na noção utópica de Reino de Deus na terra), na qual não há lugar para a reprodução das estruturas políticas que mantém a existência de pobres e ricos – uma sociedade sem desigualdades socioeconômicas e políticas. É da matriz judaico-cristã que vem a ideia moral de solidariedade. A noção de “solidariedade” está voltada para o

discurso da construção de uma sociedade plenamente democrática, justa, fraterna, do respeito à alteridade, da igualdade entre os sujeitos e os povos, de homens e mulheres livres para pensar os rumos da sua vida e da sua sociedade. Esse ideal de sociedade, o qual, supostamente, será atingido por meio de uma pedagogia para a “cultura da solidariedade”, é orientado pelo princípio cristão do amor.

A relação entre judaísmo e cristianismo permite um melhor entendimento desta noção. O *Pequeno vocabulário do judaísmo*, de Hugo Schlesinger (1987), colabora para a reflexão sobre o sentido de “amor”. Segundo este trabalho, o “amor” presente no texto bíblico é um princípio que orienta a conduta do judaísmo; o “amor ao próximo” é fundamental para a filosofia e a religião judaicas. Tão importante quanto à nucleação do *amor judaico* entre Deus e os homens é a ideia de que o *amor* é fraterno, isto é, uma manifestação afetuosa e carinhosa voltada para Deus (pai) e para o próximo (irmão):

**Amor.** A Bíblia atesta que Deus tomou a iniciativa do diálogo de amor com os homens; em nome desse amor ele os induz e lhes ensina a amarem-se uns aos outros. O amor domina a fé judaica. A ética do judaísmo é baseada no amor. Desde a mais tenra infância aprendem os judeus que Deus deve ser adorado por amor e não por temor. O amor ao próximo é a condição básica da religião e filosofia judaicas. O amor entre Deus e os homens revela-se no judaísmo numa sequência de fatos histórico-salvíficos. Na concepção judaica, o amor fraterno se justapõe no mesmo plano com outros mandamentos. Os dois amores, de Deus e do próximo estão unidos. Hillel testemunhava que o amor é o prolongamento da ação divina (SCHLESINGER, 1987, p.17-8, grifos nosso).

O “amor” é um mandamento e uma prática de origem judaica que nutre as religiões cristãs. No caso da Igreja Católica, não são raras às vezes em que o Evangelho é requisitado para a confirmação do “amor” na forma divina, destacando-se que “Deus é amor” (1 João, 4, 8). A efetivação do amor de Deus e de seu filho, Jesus Cristo, estaria no ato de amar; ou seja, estaria na prática da caridade, na prática do amor, como nos mostra o Evangelho: “Meus filhinhos, não amemos com palavras nem com a língua, mas por atos e em verdade. Nisto é que conheceremos se somos da verdade, e tranqüilizaremos a nossa consciência diante de Deus” (1 João, 3, 18-19). A primeira encíclica do papa Bento XVI, *Deus Caritas est* (*Deus é amor*), publicada em 2006, ano em que a Cáritas Brasileira completou

50 anos, foi tomada por Dom Demétrio Valentini, presidente da Cáritas no Brasil, como uma publicação oportuna, “parecendo encomendada a propósito”. Para Valentini, a referida encíclica “veio ressaltar a estreita vinculação da ‘Cáritas’, como organismo social da Igreja, com o ministério fundamental do próprio Deus que, na feliz expressão de São João, se define como um ministério de amor: ‘Deus Caritas est’” (VALENTINI, 2006, p.2). É o princípio do “amor ao próximo” (contido no Antigo Testamento, Levítico 19, 18, e na Primeira Epístola de São João, 3, 14-17) que fundamenta a noção de “solidariedade” da Cáritas, cujo sentido religioso é o de ajudar ao outro, associando-a à “caridade” como uma obrigação moral para com os “excluídos”, desenvolvendo um modo de ser e de viver que permita laços sociais sustentados pela *moral solidária* (“cultura da solidariedade”).

Diante do exposto, observamos que a “cultura da solidariedade” pode ser definida teoricamente como o modo de ser e de viver baseado na solidariedade que emana da máxima cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (1 João 13, 34; 15, 12). Tais modos de ser e de viver são vistos pelos agentes como fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Neste sentido, esta “cultura” é produzida e ressignificada por práticas, fazeres e saberes orientados pela *moral solidária* valorizada e promovida pela Cáritas Brasileira, cujo objetivo maior é a construção do “Reino de Deus” na terra. A Cáritas Brasileira divulga que a “educação” para a “cultura da solidariedade” deve proporcionar a criação de uma sociedade ideal, onde não haveria exploração no trabalho, violências, concentração e acumulação de riquezas e tampouco privação de direitos. Eminentemente, os valores cristãos coroam as ações a serem engendradas para a elaboração da “cultura da solidariedade”, fundamental ao projeto de sociedade representado pela noção teológica de “Reino de Deus” na terra. Nessa missão os agentes, reproduzindo e recriando as estruturas da sociedade atual por via de suas ações, reconhecendo os seus “erros” e “acertos”, como disseram em nossas conversas e nos diálogos entre si, dão prosseguimento ao desenvolvimento da EPS como uma das tarefas de seu ofício para efetivar o projeto utópico de sociedade no qual acreditam. E seguem com “fé”:

Isso a gente precisa fazer na Cáritas, né (?), afinar os nossos instrumentos e também estar em sintonia com os demais que estão trabalhando nesse movimento social, eu acho que isso é uma forma da gente conseguir almejar uma mudança social, porque senão nós nunca vamos chegar lá, sabe? Se cada um quiser trabalhar separadamente, quiser ser o protagonista, também não vai chegar, porque o protagonista desta história não somos nós, as instituições. O protagonista desta história tem que ser o povo, tem que ser as comunidades. [...] pode ser que às vezes a gente não consiga fazer isso na prática tão direitinha. Às vezes a gente termina, acha que os pecados, equívocos, acontecem, sabe (?), mas a gente tem que tá sempre revendo a caminhada pra reconstruir o caminho.

### Considerações finais

A partir 1966, após o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín (1969) e Puebla (1979), há um realinhamento das ações da Cáritas Brasileira norteadas pelos princípios da Teologia da Libertação. A referida Teologia aponta para algo que ultrapassa o cuidado com os pobres. Trata-se da busca mesma de superação do mal-estar social provocado pelas crises cíclicas do capitalismo (HARVEY, 1989). Neste sentido, o trabalho dos Agentes de Cáritas rompe a fronteira da *caridade-assistência* afirmando a *caridade libertadora*, manifesta em ações que se pensa emancipar as pessoas, libertando-as do modo capitalista de ser e de viver para que possam construir e compor o “Reino de Deus” na terra.

A “cultura da solidariedade” para a qual são formados e formam os agentes é um dos projetos pontuais do *movimento da economia solidária* com um posicionamento político contra a globalização neoliberal capitalista fundada em várias formas de violência e em um individualismo exacerbado. Como contraponto e imperativo moral, o projeto da “cultura da solidariedade” aposta profundamente na solidariedade, prevê a execução moral e prática dos vínculos sociais entre as pessoas, que ocorreria por amor ao outro e ao coletivo de modo a sustentar uma produção simbólica e econômica contra hegemônica.

Nessa vereda, a profetizada *possibilidade histórica* de superação do capitalismo encontra-se com a utopia da construção do “Reino de Deus” na terra, onde não haveria desigualdade socioeconômica, exploração do trabalho,

concentração de riquezas e violências, havendo lugar apenas para a igualdade e a felicidade entre os homens baseada na lição cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (1 João 13, 34; 15, 12).

Constata-se que as representações construídas pelos Agentes de Cáritas, em seus relatos, indicam a interseção profunda entre mística e economia, que, em nossa perspectiva, não garante uma resposta no tocante à economia solidária como *possibilidade histórica* ao capitalismo. As respostas a essa pergunta cabem ao tempo da vida, e dependem do presente feito por gente de carne, osso, sangue, espírito e sonhos. Há quem tenha confiança em conseguir a *sociedade* sem a dicotomia riqueza-pobreza que se deseja. Eis uma questão de vida e arte.

## REFERÊNCIAS

BERTUCCI, A.; SILVA, R. M. (Orgs.). **Vinte anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. Centro Bíblico de São Paulo. 138.ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000.

BOFF, L. **Igreja: carisma e poder**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Mística e metodologia da caridade libertadora**. São Paulo: Loyola, 1991.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://caritas.org.br/rps>>. Acesso em: 21 nov. 2004.

CÁRITAS BRASILEIRA. Quem somos e histórico. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em 31 ago. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade**. São Paulo: Paulus, 2006. [Coleção estudos da CNBB, 92].

DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FORTE, J. P. S. **A Igreja dos homens**: o trabalho dos Agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará. 2008. 296f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, L. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.267-286.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

MANCINI, E. A. (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A; Fase; Instituto de Filosofia da Informação, 2003. p.219-220.

MAUSS, M. O ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p.184-314.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHLESINGER, H. **Pequeno vocabulário do judaísmo**. São Paulo: Paulinas, 1987.

SOUZA, A. R. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p.156-174, 2007.

VALENTINI, D. D. Cinco décadas de solidariedade. **Revista Especial Cáritas Brasileira 50 anos**: cinco décadas de solidariedade pela vida, Brasília, v.1, n.1, p.2, nov. 2006.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 8. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1994.